

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES E MILITANTES CULTURAIS: Uma reflexão teórica a partir das atividades curriculares nas áreas de reforma agrária**

**Celi Nelza Zülke Taffarel**

Professora Doutora Titular da UFBA  
Coordenadora do Grupo LEPEL//FACED/UFBA  
Diretora da FACED/UFBA  
taffarel@ufba.br

**Mara Cristina Schneider**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
Grupo GEPETO/UFSC  
maraefra@yahoo.com.br

**Sandra Morena Güez e Silva Nonato**

Estudante do Curso de Licenciatura em Educação Física  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Grupo LEPEL/FACED/UFBA  
guezmorena@yahoo.com.br

O presente texto foi elaborado a partir da reflexão teórica sobre a crise que afeta hoje a humanidade, dos conceitos sobre Educação do Campo em elaboração na luta concreta pela educação do campo e, a consideração de dados de relatórios de estudantes participantes das Atividades Curriculares em Comunidade (ACC), sendo elas: Problemáticas significativas em Áreas de Reforma Agrária (EDC 456) e Formação de Militantes Culturais (EDC 460). A crise estrutural e conjuntural foi abordada a partir das contribuições de Stédile (2008), que trata da natureza da crise atual e, o que fazer? Os conceitos sobre educação do Campo são tratados a partir de contribuições de Caldart e Vendramini e os dados empíricos das atividades curriculares provêm das descidas a campo nos ACC EDC 456 e EDC 460. O projeto da ACC EDC 456 - Ações Interdisciplinares em Áreas de Reforma Agrária - nasce há oito anos com o propósito de aproximar o conhecimento científico apreendido na universidade, do conhecimento popular acumulado com a experiência histórica da construção do trabalho em assentamentos do MST do Recôncavo Baiano. Nasce em terras de conflito e de luta de classes e chama para si uma posição nesse conflito. Destaca que a reflexão pedagógica somente é filosófica, radical, de conjunto e na totalidade se for diagnóstica, judicativa e teleológica, ou seja, ler a realidade com precisão, tomar posição e estabelecer um horizonte histórico de superação do que está posto no real. Desta forma, busca ampliar a formação acadêmica dos alunos no momento que propõe a prática científica aplicada junto à comunidade como principal forma de construção do conhecimento. Já o ACC EDC 460 - Formação de Militantes Culturais - está articulado e se desdobra a partir da demanda deste primeiro projeto, destacando a questão da formação de militantes culturais e o esporte e lazer para a juventude.

Neste sentido, o presente trabalho representa um exercício teórico que considerou dados da conjuntura que demonstram a profunda crise do capital e conseqüentemente a profunda barbárie em que a humanidade está mergulhada. Valemo-nos do texto de João

Pedro Stédile (2008) para compreender a natureza dessa crise, e principalmente o que fazer? Valemos-nos também de autores que estamos estudando, como Roseli Caldart e Célia Vendramini, para aprofundar o conceito de Educação do Campo, porque é o que estamos vivenciando nas circunstâncias e determinações dadas e o que defendemos como um projeto histórico para a universidade pública.

Os dados da conjuntura apontam para o acirramento da luta de classes que pode ser identificado na crise atual de proporções ainda não bem avaliadas. Segundo Stédile (2008) a natureza da crise reside na globalização do capitalismo imperialista, em que seu modo de produção e leis (exploração do trabalho, apropriação da mais-valia, acumulação, concentração e centralização) dominam a economia de todos os países do mundo. Nessa fase, a esfera principal de acumulação de riquezas dos capitalistas está localizada no capital financeiro. Os capitalistas que ganham mais riqueza são os que têm mais capital na forma de dinheiro. Isto levou a concentração do capital mundial ao redor de 500 grandes empresas (que controlam mais de 50% do PIB mundial) e das grandes bolsas de ações e de mercadorias. A crise atual tem uma natureza cíclica, resultante da lógica interna de funcionamento do capitalismo. Ainda segundo, Stédile, o dinheiro recolhido de todo povo trabalhador, nos países centrais e nos países periféricos, está sendo utilizado para salvar os capitalistas. Na crise atual, como está globalizada, estão se desenvolvendo mecanismos internacionais de mútuo socorro, entre governos, estados, para salvar as grandes empresas capitalistas. A classe trabalhadora na cidade e no campo continua assistindo atônita os movimentos dos governos e dos capitalistas, sem entender a natureza da crise e suas prováveis conseqüências sobre as condições de vida, e por isso está inerte, sem reagir. Para Stédile, os capitalistas e seu modo capitalista de produzir somente sofrem derrotas nas crises, que podem abrir espaço para a diminuição da exploração e a melhoria das condições de vida da população, se a classe trabalhadora juntar suas forças e fizer uma grande mobilização política, ou seja, o capitalismo não perde para si mesmo, ele se renova. Ainda segundo Stédile (2008) se os capitalistas e seu modo capitalista de produzir sofrem derrotas, essas se dão em função das crises e/ou da mobilização política da classe trabalhadora? Se as derrotas se dão em função das crises, então não podemos afirmar que o capitalismo perde para si mesmo? Assim sendo, qual seria o papel da classe trabalhadora se o capitalismo perde para si mesmo? A diminuição da exploração etc é uma conseqüência espontânea das crises do capitalismo ou uma conseqüência da ação da classe trabalhadora? Stédile demonstra com seus argumentos que o capitalismo só perde se houver luta de classes. Luta política da classe trabalhadora, a produtora das riquezas, contra ele. O que fazer perante a crise? Segundo Stédile, levantar bandeiras que podem motivar mobilizações em todo mundo, tais como: a) pelo Fim do dólar como moeda internacional; b) pelo Fim da OMC, FMI, Banco Mundial e sua substituição por uma nova ordem internacional, que gere outros organismos, com participação da sociedade e das forças populares; c) pela Retirada imediata de toda e qualquer força militar estrangeira de todos os países do mundo, começando pelo Afeganistão, Iraque e Haiti (são mais de mil bases militares no mundo); d) defender uma nova ordem econômica da produção mundial, que se fundamente na prioridade da produção de alimentos, geração de emprego, moradia digna e educação para todas as pessoas; e) pelo controle e soberania popular sobre as riquezas naturais: terra, água, petróleo, minérios, energia e biodiversidade, quer dizer, pela defesa da soberania alimentar e energética, uma soberania nacional e popular.

Portanto, reconhecemos que as determinações históricas, a crise estrutural e conjuntural do capital pesam sobre nós e nossa condição de criar uma nova cultura, um

outro modo de vida, uma outra educação, uma outra formação universitária. Segundo Gramsci (1978),

“Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais” significa, também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializa-las” por assim dizer transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral.” (GRAMSCI, 1978:13-14)

Nesse sentido, estamos lutando por dentro da universidade por uma outra cultura pedagógica, por uma outra perspectiva de educação e, para tanto, estamos recorrendo ao nosso trabalho pedagógico no campo, através das Atividades Curriculares em Áreas de Reforma Agrária e compartilhando elaborações conceituais com autoras como Roseli Caldart e Célia Vendramini, com quem compartilhamos conceitos sobre Educação do Campo. Apresentamos, em seguida, os conceitos trabalhados por CALDART (2008) e VENDRAMINI (2008), para posteriormente expor os relatos da vivência e, por fim, assumirmos uma posição em relação às atividades acadêmicas que realizamos e o projeto histórico que defendemos juntamente com os que estão construindo a luta no campo pela reforma agrária.

Roseli Caldart (2008), ao tratar dos elementos centrais da Concepção de Educação do Campo, destaca que a Educação do Campo existe para lembrar ao mundo, desde o clamor dos camponeses, que em primeiro lugar devem vir as pessoas e não a produção para o negócio, e que continua atual lutar contra as desigualdades e a desumanidade própria da sociedade que temos, buscando construir uma sociedade que não apenas consiga salvar a humanidade de um sistema produtivo que escapou ao controle (o capitalista), mas uma sociedade em que as pessoas possam viver como seres humanos, juntas e com dignidade; uma sociedade que também superará a contradição inventada entre campo e cidade. E que a educação, embora não tenha a força material capaz de garantir esta luta, esta reconstrução, pode ajudar a formar os trabalhadores e as trabalhadoras para que permaneçam em “estado de luta”, para que não sucumbam aos desígnios da barbárie capitalista, seja por uma inclusão que lhes destrói (como classe, como humanidade), seja pela marginalização completa, pacífica ou violenta.

A Educação do Campo não é uma dádiva de governos e muito menos uma invenção da cabeça de acadêmicos. É, sim, fruto da luta dos povos do campo e nasceu, segundo Roseli Caldart, tomando posição no confronto de projetos de campo. A Educação do Campo nasceu contra a lógica do campo como lugar de negócio, o agronegócio, que expulsa as famílias, que não precisa nem de educação, nem de escolas, porque precisa cada vez menos de gente, e que explora a terra até as últimas conseqüências. Ela nasceu para firmar a lógica da produção dos produtores associados para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas. Nasceu como crítica à realidade educacional da população que vive do trabalho do campo e tomando posição no confronto de projetos de educação. A Educação do Campo pensa a educação desde a particularidade dos sujeitos que vivem do trabalho do campo, sua realidade, suas relações sociais. Ela assume o desafio do vínculo da educação com processos sociais de formação de novos sujeitos coletivos engajados nas lutas pela superação da sociedade de classes, a sociedade da propriedade privada dos meios de produção da vida. Nasce, portanto, com vínculos profundos com

os Movimentos Sociais Populares que querem mudar o mundo. Questiona a tradição pedagógica própria da escola capitalista e pensa a educação para além da escola, tensionando a visão escolacentrista. Tensiona a forma escolar instituída quando não aceita o acesso pelo acesso, a educação pela educação, a escolarização pela escolarização, mas exige que as pessoas entrem na escola como sujeitos, humanos, sociais, coletivos, trazendo a vida real e por inteiro, as contradições sociais, os conflitos humanos para dentro do processo pedagógico, convocando para uma tomada de posição política, ética, diante do próprio conhecimento e dos vínculos que estabelece com o tipo de sociedade e o tempo histórico em que foi produzida.

Ainda segundo Roseli Caldart, em sua exposição no XIV ENDIPE (POA, 2008):

Esta exigência implica por sua vez em um alargamento da função social da escola e na superação de currículos pobres, assépticos, sem vida social, cultural, política. Ensinar a ler, a escrever, a fazer contas, continua sendo tarefa social da escola básica, mas não como habilidades em si mesmas ou meramente preparatórias à entrada no “mercado de trabalho”, não como aquela educação rudimentar que historicamente se considerou suficiente para os trabalhadores e sim como dimensão de um processo formativo que se exige cada vez mais amplo, complexo, social e humanamente rico.

A partir deste entendimento sobre Educação do Campo, estamos desenvolvendo uma série de atividades no âmbito da Educação do Campo, sendo elas: 1) projeto piloto de Licenciatura em Educação do Campo, piloto esse que conta ainda com as universidades UFS, UnB e UFMG; 2) pesquisa sobre formação de professores em Educação do Campo entre as quatro universidades pioneiras em formação de professores Licenciados em Educação do Campo; 3) elaboração de Cadernos Didáticos para a Escola do Campo; 4) participação de eventos organizados para, com e pelos movimentos de lutas sociais da classe trabalhadora no campo; 5) elaboração de teses, dissertações e monografias nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* e na graduação; 6) coordenação do ACC 456 – Problemáticas Significativas em Áreas de Reforma Agrária e do ACC 460 - Formação de Militantes Culturais. O enfoque no presente texto é a experiência dos ACC's, coordenados pelos professores Celi Taffarel, Cláudio de Lira Santos Júnior e Carlos Roberto Colavolpe, do grupo LEPEL/FACED/UFBA.

Para tanto, apresentamos o relato de nossas vivências buscando estabelecer nexos entre o mais geral e a particularidade da experiência. Destacamos detalhes, tomando posição e ressaltando os pontos centrais do trabalho que vem sendo desenvolvido há oito anos nas áreas de reforma agrária do interior da Bahia. Iniciamos situando a experiência em seu contexto histórico atual, cuja conjuntura política demonstra que muitos ataques vêm sendo direcionados contra os movimentos de lutas sociais da classe trabalhadora, em especial o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra), por parte dos governos - a exemplo da repressão sofrida pelo Movimento no estado do Rio Grande do Sul, frente aos desmandos da governadora Yeda Crusius - e dos setores organizados da burguesia nacional e internacional.

As recorrentes tentativas de desarticular os movimentos organizados dos trabalhadores demonstram a necessidade imperiosa da universidade cumprir a função social a que se destina: lutar ao lado dos trabalhadores em prol de uma ciência que atenda aos interesses da revolução, que tenha a prática como critério da verdade e que assuma como

uma das bases para a formação de professores a luta dos trabalhadores do campo pelo acesso aos bens culturais da humanidade.

No conjunto destas lutas insere-se o trabalho que vem sendo realizado pelas disciplinas ACC 456 – Problemáticas significativas em Áreas de Reforma Agrária e ACC 460 – Formação de Militantes Culturais.

A primeira descida a campo do semestre 2008 se constituiu na atividade desenvolvida nos dias 30 e 31 de agosto de 2008, da qual participaram dois monitores, um funcionário da universidade responsável pelo transporte e mais 11 estudantes, oriundos de diversos cursos (Educação Física, Ciências Sociais, Psicologia, Direito, Artes Plásticas, Geografia).

Destacamos e questionamos, de início, as três abordagens científicas que orientam as experiências pedagógicas, quais sejam: 1) o pesquisador não intervém na realidade que se apresenta, colocando-se como um observador passivo, que não precisa ser percebido; 2) o pesquisador intervém oportunisticamente, sem trazer contribuições efetivas para a comunidade estudada; 3) o pesquisador reconhece as problemáticas concretas, parte para a teoria para ampliar as referências e volta ao campo de estudo, com uma capacidade ampliada de intervenção e contribuição na vida da comunidade na luta pela emancipação humana, pela superação da alienação do indivíduo e da classe. Esta última abordagem é aquela que orienta nosso trabalho nas áreas de reforma agrária.

Além disso, elencamos os principais objetivos no trabalho em campo: **1)** reconhecer as áreas de reforma agrária que serão o campo de atuação dos ACC's, visitando os três assentamentos, sendo eles: Eldorado da Pitinga, Bela Vista e Nova Suíça (5 de Maio); **2)** avançar nos conhecimentos em relação à organização do MST (leitura do texto "O funcionamento das brigadas do MST" e verificação de como estas brigadas funcionam nos assentamentos, em diálogo com as lideranças); **3)** verificar com os assentados quais as contribuições que os estudantes e a universidade podem trazer, por meio de oficinas de construção do conhecimento; **4)** e reforçar o vínculo entre o MST e a UFBA, para que a relação entre a universidade e os movimentos sociais traga avanços tanto para a comunidade assentada quanto para a comunidade acadêmica.

De posse das descrições densas sobre as descidas, vamos destacar e diferença entre acampamento e assentamento, segundo um dos relatos elaborados. O acampamento é a terra ocupada por famílias do MST que ainda aguardam pela oficialização judicial que dará a posse da terra. Por isso, uma ocupação exige dos acampados um estado de vigilância constante, e não se constitui como um local com instalações permanentes. Já o assentamento é a terra por lei assegurada aos trabalhadores sem-terra, onde já podem ser fixadas as residências das famílias, cultivadas as roças, etc.

Com todos os possíveis limites que venham a apresentar estes conceitos, eles correspondem a um determinado grau de aproximação em que se encontram alguns dos estudantes envolvidos com o projeto. Defendemos que o conhecimento se dá por sucessivas aproximações com o fenômeno estudado. Portanto, com o aprofundamento dos estudos será possível chegar a outro nível de entendimento sobre o que são os acampamentos e assentamentos do MST.

Ainda são apresentados dados sobre a situação da juventude do campo. Sobre esse aspecto, foi possível constatar que a média da escolarização das pessoas que vivem no campo é de quatro anos, ou seja, a maioria só consegue chegar até a 4ª série, e raros são os que concluem o ensino médio. No assentamento há dois assentados universitários, nos diz

um jovem assentado, orgulhoso da capacidade dos Sem-Terra de conseguir superar as imensas barreiras que impedem a maioria dos jovens do campo de cursar o ensino superior.

Consideramos que as barreiras que impedem a escolarização dos trabalhadores do campo devem ser derrubadas. Reconhecemos que é na luta da classe que isso deverá acontecer, a exemplo do curso de Licenciatura do Campo da UFBA - uma experiência piloto em desenvolvimento pelas universidades UFBA, UFS, UnB e UFMG. A Licenciatura em Educação do Campo é um curso superior voltado para as pessoas que vivem e trabalham no campo, pois se entende que a educação do campo possui características próprias, e exige uma formação diferenciada. O objetivo desta formação é afirmar as potencialidades de produção de bens, de cultura, de sociabilidade e de vida dos povos do campo, trazendo para os centros formativos uma visão mais alargada de currículo e de formação, com ênfase em processos formadores além da escola, e com projetos políticos pedagógicos a serviço de um novo projeto de sociedade.

A necessidade destas ações se comprova quando constatamos que o único esporte praticado pelos jovens no assentamento é o futebol. Como atividade cultural, há uma seresta que acontece toda semana. Alguns vão para Santo Amaro, porém lá as festas são muito caras. Há uma mobilização para que o assentamento organize um grupo musical, de samba. Para isso, faltam instrumentos, como pandeiro, cavaquinho, timbau e surdo. Os estudantes se comprometem em colaborar com a formação do grupo fazendo uma campanha de arrecadação de instrumentos musicais na universidade.

É importante discutir as possibilidades de trabalhar os elementos da música, da dança, das artes de modo que os indivíduos possam usufruir dessas práticas numa perspectiva desalienadora, que não despreze aquilo que é próprio do lugar. Um primeiro passo é resgatar e valorizar a identidade cultural dessas áreas, que é diferente da zona urbana e das áreas rurais convencionais. Os assentamentos do MST têm características como a luta pela terra, a bandeira do socialismo, a presença de pessoas de diversas regiões, etc. E tudo isso ajuda a configurar uma cultura diferenciada.

Questões importantes sobre a vida no assentamento, a relação do movimento com o governo Lula, hábitos alimentares, cultivo de plantas medicinais, entre outras questões, são tratadas nos encontros entre os assentados e estudantes da universidade.

A convivência entre estudantes da universidade e os moradores permitiu o levantamento de dados sobre a história do assentamento e, contida nela, a luta de cada um. A partir dos relatos desses assentados, verificamos que é na luta concreta pela reforma agrária e contra o latifúndio que se constroem os novos homens e novas mulheres, que forjam o modo de vida revolucionário.

A organização de atividades conjuntas entre a juventude do campo e os estudantes da universidade permitiu desenvolver um cronograma de atividades para o semestre:

<b>SETEMBRO</b>	<b>OUTUBRO</b>	<b>NOVEMBRO</b>
04 a 07 – Encontro dos Educadores do Campo	06 a 11 – Semana Che	01, 02 – Oficinas
05 - Eleições	10 a 15 – Encontro dos Sem- Terrinha	08, 09 – Oficinas
07 – Grito dos Excluídos	17 – Descida UFRB Licenciatura do Campo	15 – Festival da Cultura CEFE
13, 14 - Oficinas		22, 23 – Oficinas

20/21 – Samba de roda Bela Vista		29, 30 – Oficinas
27, 28 - Oficinas		

Tabela 1: Cronograma ACC

Para realizar uma avaliação qualificada das nossas intervenções, elencamos inicialmente objetivos para esta primeira atividade. Verificamos que os mesmos foram alcançados, pois: **1)** visitamos os três assentamentos aonde vai se desenvolver o trabalho das disciplinas e dialogamos com militantes e lideranças do MST; **2)** avançamos no entendimento de como se organiza o MST, verificando na prática o funcionamento das brigadas e dos setores do movimento; **3)** construímos um cronograma de atividades UFBA-MST em sintonia com a realidade e as possibilidades de intervenção nos assentamentos; **4)** comprovamos a necessidade de reforçar a relação universidade/movimentos sociais a partir desta vivência.

Pelos fatos, ficou evidente que as políticas públicas para educação, esporte e lazer não chegam ao campo e quando chegam, estão desarticuladas da luta mais geral dos trabalhadores. É possível admitir que vivemos em um espaço e tempo histórico de intensos ataques aos movimentos de lutas sociais, sendo fundamental que os estudantes se aliem aos que lutam pela terra, pelo pão, pela dignidade. Que não se omitam ou se coloquem do lado daqueles que criminalizam e massacram a organização dos trabalhadores do campo. A universidade está sendo chamada a cumprir sua função, que está longe de ser a mera produção de teorias inócuas. A UFBA está sendo chamada a formar os professores do povo, a produzir o conhecimento que parte da realidade concreta e a servir aos interesses da classe trabalhadora. A superação do modo de vida baseado na exploração e no sofrimento de milhões de pessoas é tarefa essencial da universidade.

De acordo com algumas avaliações sobre as descidas a campo, existe a oportunidade, rara não somente aos estudantes da UFBA, mas também aos estudantes das universidades brasileiras como um todo, de conhecer, por mais aparente que seja esse conhecimento, a realidade de três assentamentos de Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Se Salvador transparece uma marca de contraste imediato entre miséria e abundância econômica, política, social, cultural etc, o interior baiano denota uma miséria total. Entretanto, fica a pergunta: de onde surgiu a miséria, a abundância e a contradição explícita entre ambas? Serão elas produto das condições naturais do sertão? Acreditamos que não.

Ao buscar compreender essa situação recorreremos à seguinte explicação: mesmo sobrevivendo nessa miséria total, os trabalhadores dos assentamentos visitados, enquanto expressão de um movimento e de uma classe social objetiva e subjetivamente explorada por outra, procuram se auto-organizar para superar a falta de toda espécie, referente não somente às condições naturais de vida, mas também às condições sociais, políticas, econômicas e culturais, construídas nas relações sociais pelos homens e mulheres em movimento.

Isto nos permite concluir que essa miséria total se expressa não apenas na realidade objetiva, mas também na consciência dos trabalhadores dos assentamentos, tendo em vista que ambas, realidade objetiva e consciência, se relacionam dialeticamente, uma transformando a outra. A miséria material, forjada pela expropriação econômica dos

trabalhadores pela classe burguesa é refletida, de modo ativo, na consciência desses trabalhadores, traduzindo-se dialeticamente em sua miséria espiritual.

Ao refletir sobre as misérias, constatamos que são expressão dos interesses particulares da classe burguesa, que é proprietária dos meios de produção, dos produtos materiais e espirituais produzidos pelos trabalhadores e dos próprios trabalhadores, cuja força de trabalho suga constantemente para se manter hegemônica, para se manter abundante (condição fundamental para perpetuar a miséria total da classe trabalhadora).

Na seqüência da reflexão, nos perguntamos sobre o que os estudantes e trabalhadores da universidade brasileira pública e gratuita podem e devem fazer ao constatar que os trabalhadores dos assentamentos de Eldorado, Nova Suíça e Bela Vista produzem e reproduzem suas vidas em tão limitadas condições objetivas e subjetivas, as quais, mesmo assim, expressam um avanço no sentido do desenvolvimento da auto-organização humana. Que direção devemos dar ao conhecimento científico que coletiva e ativamente produzimos, apropriamo-nos e reproduzimos em nossas pesquisas? Que papel exercemos na luta de classes? Que interesses defendemos? Como estamos nos posicionando diante da exploração de homens e mulheres por outros homens e mulheres?

A luta que realizamos só tem sentido dentro das organizações, pois essa luta, seja ela pela socialização do conhecimento científico, pela ampliação dos direitos ou pela revolução do modo de produção capitalista é uma luta coletiva, não é uma luta individual, como quer nos fazer crer a ideologia burguesa. Ao buscar reconhecer os elementos que devem mediar a luta, não somente dos trabalhadores desses assentamentos, mas de toda a classe trabalhadora, reconhecemos que a socialização do conhecimento científico, historicamente produzido e elaborado pela humanidade, constitui-se como um desses elementos.

Porém, a ideologia burguesa não admite a característica coletiva da organização humana. Sobre este aspecto, podemos citar as abordagens biologicistas da educação física, que defendem uma dita “essência” competitiva do homem e a “seleção natural” da espécie. A humanidade tem milhares de anos, e o capitalismo existe somente há 300 anos! É possível acreditar que os homens sempre se organizaram da mesma forma, baseados nos mesmos valores destrutivos da sociedade vigente? A competição e o individualismo não são inerentes ao homem, mas sim ao modo de produção capitalista. Estas concepções, que têm por objetivo justificar a desigualdade entre os povos com a reprodução dos valores da burguesia, não respondem aos reais anseios dos trabalhadores. Com essa reflexão, afirmamos a necessidade histórica da organização coletiva para a garantia da sobrevivência e dos avanços da humanidade.

É no sentido da elaboração superior da consciência da classe trabalhadora (consciência de classe) e de sua emancipação, expressão do interesse coletivo da mesma, que destacamos a importância da prática pedagógica, da mediação do conhecimento científico, do professor, do militante, da escola. Isso não significa desprezar ou secundarizar o conhecimento acumulado pela classe trabalhadora, que se constitui em um conhecimento pleno de riquezas culturais. O conhecimento acumulado pelos trabalhadores dos assentamentos do Recôncavo Baiano é de uma grandiosidade histórica; é um conhecimento de caráter político, pois se contrapõe ao conhecimento privatizado da classe burguesa. Esse conhecimento deve ser preservado e cultivado, de modo dialético, para que as condições de superação e construção de um novo patamar de domínio do conhecimento científico sejam firmadas.

É justo neste aspecto que vamos retomar a discussão sobre o conceito de Educação do Campo, nos valendo agora da contribuição de Vendramini (2008), que submete o conceito à dialética, questionando em primeiro lugar as fronteiras estabelecidas entre campo e cidade, apreendendo o movimento que compele à transformação social.

Valendo-se do materialismo histórico dialético, destacamos que a prática é concebida como uma “ação material, objetiva, transformadora, que corresponde a interesses sociais e que, considerada do ponto de vista histórico-social, não é apenas produção de uma realidade material, mas sim a criação e desenvolvimento incessantes da realidade humana” (VÁZQUEZ, 1968, p. 213). Segundo Vendramini, o materialismo histórico dialético funda-se em categorias que são expressão das próprias relações sociais e, portanto, permitem apreender em sua essência os problemas reais, concretos, relativos à vida, ao trabalho e à educação.

Neste sentido, destacamos que a ciência é expressão do movimento do real, é fruto da produção histórica dos homens e, além disso, é condição fundamental para a produção da vida na atualidade. Vendramini (2008) problematiza a falsa dualidade entre campo e cidade, bem como entre Educação do Campo e educação da cidade; avalia os limites da educação do campo no âmbito das políticas de Estado; reconhece contradições presentes na articulação nacional por uma educação do campo e se indaga sobre a direção (conservação ou emancipação) que orienta as experiências educacionais e escolares no campo. Conclui destacando que há uma intrínseca e inegável relação entre a educação e a produção material da vida, com base no materialismo histórico dialético, o qual compreende que os processos formativos constituem-se no âmbito das relações sociais, determinadas essencialmente pelo trabalho. Compreende, assim como Meszáros (2005), que a natureza da educação está vinculada ao destino do trabalho.

É aí que cabe o questionamento ao trabalho pedagógico na perspectiva da superação da sociedade de classes, na perspectiva da emancipação, e não da conservação. Isto implica que não vamos esperar pacientes pelas mudanças. É necessário atuar a partir das possibilidades que temos e do que podemos criar/superar. É necessário organizar o trabalho pedagógico sob outras bases, pois as atuais reproduzem a extrema desigualdade social e excluem/marginalizam crianças e jovens por meio de diversos instrumentos “pedagógicos”, como por exemplo, a avaliação. A escola e a universidade não são capazes de promover, por si só, mudanças maiores. Portanto, é necessária a estreita vinculação com as formas materiais de produção da vida, ou seja, com o trabalho.

Na universidade estão os trabalhadores em seu processo de formação acadêmica. Uma coisa é formar uma geração com base na reforma agrária, com um horizonte histórico socialista. Outra é articular o trabalho pedagógico com a perspectiva capitalista de formação humana e profissional para o agronegócio.

Segundo Vendramini (2008) quando desenvolvemos o trabalho pedagógico para formar professores do campo, educadores e militantes culturais, não estamos nos referindo a uma Educação do Campo em seu sentido genérico. É preciso perguntar: para qual campo e para qual população? E qual educação?

Com base nas análises a respeito do conceito de Educação do Campo e nas nossas experiências em atividades curriculares em áreas de reforma agrária, concluímos, também como base nos estudos de Nalva Araújo (2007) que a consideração do real concreto, com instrumentos de pensamento e da ciência, como é

o materialismo histórico dialético, enquanto lógica e teoria do conhecimento, nos permite defender uma perspectiva de formação de professores em um outro patamar qualitativo. Essa formação se dá em relação às contribuições para um processo de transição do atual estágio pré-histórico de relações humanas para uma sociedade socialista. Reconhecemos que há necessidade premente de recuperar a dimensão do trabalho como central nas análises sobre a educação do campo e sobre os movimentos sociais, compreendendo que a educação só pode ser pensada em condições materiais concretas e, especialmente, nas formas de produção da vida alternativas às atuais. Essa é uma das formas concretas de enfrentar essa profunda crise em que está jogada a humanidade subsumida a lógica do capital.

Concordamos com Caldart (2008) e Vendramini (2008) quando admitem que a defesa de uma Educação do Campo reconhece uma realidade de trabalhadores e trabalhadoras do campo que têm resistido para continuar produzindo sua vida no lugar onde nasceram. E, ainda, o reconhecimento de que esta realidade precisa ser alterada, tendo em vista a crescente pobreza, o desemprego, as grandes desigualdades sociais e as dificuldades de acesso às políticas públicas (saúde, educação, transporte, infra-estrutura, etc.). Para tanto, é imprescindível que os estudantes da universidade e os jovens do campo tenham acesso ao materialismo histórico dialético como referencial de análise e de intervenção, visando apreender, nos estudos sobre a educação do campo, os confrontos externos de disputa de projetos para o campo e para a educação, e os internos, no que diz respeito à elaboração dos pressupostos da educação do campo e à sua materialização.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. N. R. As contradições e possibilidades de construção de uma educação para além do capital no contexto da luta pela terra. III EBEM. Salvador, 2007.
- CALDART, R. S. Setor de Educação MST. (Síntese produzida para exposição sobre a Licenciatura em Educação do Campo, projeto UnB/Itterra, no XIV ENDIPE, POA, 29 de abril de 2008).
- VENDRAMINI, C. R. (Org.). Educação em movimento na luta pela terra. Florianópolis: NUP/CED, 2002, p. 133-152.
- MOLINA, M.; JESUS, S. M. S. (Orgs.). Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. 2. ed. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo, 2005. Coleção Por uma Educação do Campo, 5.
- MARX, K. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, K. O 18 brumário de Luís Bonaparte. 2. ed. São Paulo: Abril, 1978. p. 329-404. (Col. Os Pensadores).
- MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos: terceiro manuscrito. 2. ed. São Paulo: Abril, 1978, p. 1-48. (Col. Os Pensadores).
- MARX, K.; ENGELS, F. Reflexões sobre a explicação materialista da História. In: Florestan Fernandes (Org.). História. São Paulo, Ática, 1989.
- MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MESZÁROS, I. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- SILVA, R. M. L. A dialética do trabalho no MST. Rio de Janeiro: UFF, 2005. Tese (Doutorado em Educação).
- VAZQUEZ, A. S. Filosofia da práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VENDRAMINI, C. R. Movimento educativo emancipatório: uma análise das pesquisas sobre o MST no campo educacional. Florianópolis: UFSC, 2008. Relatório final de pesquisa.

STEDILE; J. P. A ofensiva das empresas transnacionais sobre a agricultura. Texto para a V Conferência Internacional da Via Campesina – Maputo, 20 a 24 de outubro de 2008.